

Negociação com governadores pode eliminar o congelamento de crédito

por Cláudia Safatle
de Brasília

Na reunião desta segunda-feira com o presidente José Sarney, os governadores de estado e os ministros do Conselho de Desenvolvimento Econômico (CDE), os ministros da Fazenda, Mailson Ferreira da Nóbrega, e do Planejamento, João Batista de Abreu, vão buscar convencer os governadores que existem mais pontos de coincidência do que de discordância entre os dois programas — o diretrizes de política econômica para o biênio 1988/89, preparado pela equipe do Ministério da Fazenda para servir de base à negociação com o Fundo Monetário Internacional (FMI); e o plano de emergência apoiado pelos governadores, numa articulação coordenada pelo governador de Goiás, Henrique Santillo.

Como esse será um encontro eminentemente político, nada é negociável, nem mesmo a Resolução nº 1.469, do Banco Central (BC), que fechou o crédito para os governos esta-

duais e municipais. A revogação dessa resolução é um dos pontos reivindicados pelos governadores. A sua preservação é uma das principais medidas de controle do déficit do setor público, na óptica do Ministério da Fazenda e da Seplan. "A Resolução nº 1.469 não é para durar a vida toda, mas é preciso que seja mantida o máximo de tempo possível", observou qualificada fonte do Ministério da Fazenda a este jornal. Pode-se chegar a algum tipo de entendimento quanto ao prazo de permanência dessa resolução.

O ministro da Fazenda entregou na última quinta-feira o seu programa econômico para 1988/89, período de duração do atual governo, caso a Assembleia Nacional Constituinte vote a favor dos cinco anos para o presidente Sarney nas disposições transitórias. Além de buscar apoio à política que pretende implementar junto ao FMI, o presidente da República também quer obter dos governadores um compromisso de que trabalhem pe-

los cinco anos de governo. O programa da equipe econômica do governo é fortemente centrado no ajuste das finanças públicas e no acordo da dívida externa, a partir dos quais se poderá esperar algum crescimento econômico. Trata, também, da questão da modernização do Estado e da necessidade de priorizar investimentos sociais.

E um programa de umas vinte páginas, no máximo, escrito numa linguagem simples — uma das preocupações do ministro da Fazenda é de que seja um texto compreensível para toda a sociedade, sem a necessidade de interpretações por economistas das mais diversas origens. Lista todas as medidas que já foram adotadas para a contenção do déficit do setor público; os esforços de normalização das relações do País com a comunidade financeira internacional, através do acordo de reescalonamento da dívida externa; as medidas que ainda deverão ser tomadas para maior liberalização das importações e desregulamentação do comércio exterior e da economia, de modo geral.

E um documento mais "qualitativo" — já que as metas quantitativas a serem seguidas trimestre por trimestre serão definidas junto com os técnicos do FMI e incorporadas no memorandum técnico de entendimentos que normalmente acompanha a carta de intenção de um acordo com o FMI — que foi examinado ao longo do fim de semana pelo presidente da República.

Os técnicos dos ministérios da Fazenda e do Planejamento que examinaram o plano dos governadores acreditam que entre os dois programas existem uns 80% de convergência.

Alguns dos pontos comuns citados por esses técnicos foram:

- Política salarial — os governadores pedem a manutenção da URP como instrumento de reajuste men-

sal dos salários, mas admitem que no período de ajustamento os reajustes salariais pela URP poderiam ficar limitados à inflação ocorrida no mês imediatamente anterior. O Ministério da Fazenda não descarta essa medida como impropriedade, mas fincará pé na URP mensal até quando for possível ou fazer uma desindexação total ou estabelecer a livre negociação dos salários;

- Política cambial — ambos os textos mantêm a paridade cambial cruzado-dólar. O documento dos governadores acentua que uma política cambial mais agressiva repercutiria negativamente sobre o nível de preços e sobre o passivo do setor público.

- Déficit público — o documento dos governadores concorda com o diagnóstico do governo, sugere uma série de medidas para redução do quadro do funcionalismo público, mas pede seletividade nos cortes, propondo, assim, a imediata suspensão da 1.469. O ministro da Fazenda defenderá a permanência da resolução como peça crucial na política de controle do déficit.

- Taxação progressiva do Imposto de Renda sobre os ganhos financeiros de curto prazo — essa sugestão dos governadores já faz parte de um projeto de lei enviado ao Congresso Nacional, que impõe uma taxa progressiva sobre os ganhos e rendimentos de capital, como lembraram os senhores oficiais.

No plano de emergência também apresentado ao presidente Sarney, os governadores concordam que as medidas a serem tomadas pelo governo "deverão necessariamente repercutir sobre a questão da dívida externa; sobre a definição do papel do Estado aliado a uma substancial reformulação das instituições, adequando-se a ela novos fóruns de debate das questões nacionais; sobre a reestruturação do sistema financeiro e do sistema tributário".